



A luta contra a Reforma Administrativa

XXII Encontro da regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN
23 de julho de 2021

CONJUNTURA: mais uma crise usada para “justificar” o desmonte do Estado e sua captura. COMO ISSO ACONTECE?

- Produção de CRISES ECONÔMICAS
- Responsabilidade do setor financeiro privado (bancos) e institucional (bancos centrais, BIS, FMI, Banco Mundial)
- Aumento da “Dívida Pública” e aumento do lucro dos bancos
- Rol de medidas para “debelar a crise” e “pagar a dívida”:
 - Planos de Ajuste Fiscal ou de austeridade (corte de investimentos e gastos públicos)
 - Privatizações (perda de patrimônio público)
 - Contrarreformas (corte de direitos)
- Consequências:
 - Redução dos serviços prestados à população
 - Aumento do desemprego, da informalidade e da precarização
 - Aumento da desigualdade social e da concentração de renda
 - Desmonte da estrutura do Estado
 - Aumento dos lucros dos bancos

A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central



<https://bit.ly/3cDQuXO>



<https://bit.ly/39WBg5C>



<https://bit.ly/3liKWeM>

QUAL A CAUSA DA CRISE DESDE 2014? TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES** em caixa no final de 2020:
- **R\$ 1,289 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,393 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,836 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo “O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais, disponível em

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-o-deficit-esta-no-banco-central-e-nao-nos-gastos-sociais-por-maria-lucia-fattorelli>

A “crise fabricada” afetou as finanças municipais

- ✓ Retração das Transferências Federais e Estaduais e queda de arrecadação tributária

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver “Assalto aos Cofres Públicos” <https://bit.ly/3xKnEp4>

Documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32) também usa a “crise” como justificativa para essa contrarreforma



FRENTE PARLAMENTAR DA
REFORMA ADMINISTRATIVA

Carta de apresentação

A crise iniciada em 2014 e a
dificuldade em retomar a economia,
que persistem nos dias atuais, tornam
clara a baixa capacidade de resposta
do Estado brasileiro aos desafios
contemporâneos. Concluímos uma
década com um dos piores índices
de crescimento de nossa história.
Problemas sociais que pareciam



<https://bit.ly/39WBg5C>

AVANÇO ACELERADO DA PAUTA DO CAPITAL

Cenário perfeito para o Capital: pânico da pandemia, aprofundamento da crise fabricada e balbúrdia política

- Independência do Banco Central (PLP 19/2019) <https://bit.ly/3wyxqKC>
- Elevação da taxa de juros pelo BC sem justificativa <https://bit.ly/3hghnt7>
- PEC 186 (EC 109) <https://bit.ly/3dnzw7q>
- Dolarização e liberdade para operações em dólar no país (PL 5.387/2019) <https://bit.ly/3fPqgKh> Moeda digital do Banco Central
- PRIVATIZAÇÕES INSANAS <https://bit.ly/3hSjYwh>
- Securitização de créditos <https://bit.ly/3avKVkI> e Regime de “recuperação” fiscal nos Estados (LC 173 e 178) <https://bit.ly/2QtekVX>
- Orçamento Federal 2021 com amplo privilégio para gastos financeiros com a “dívida pública” <https://bit.ly/3hW8pE9>
- PEC 32 <https://bit.ly/3leLUtK>

PEC 32/2020

- Falsa alegação de que o problema das contas públicas estaria no gasto com servidores públicos
- PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras (processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A da PEC 32) e risco de fim do serviço público universal e gratuito

PROJETO CONECTADO COM O REGIME DE “RECUPERAÇÃO”

FISCAL E OS INTERESSES DO MERCADO :

- Possibilidade de grandes negócios privados
- Desvio da arrecadação tributária: esquema de Securitização

LEI COMPLEMENTAR 178/2021

(votada virtualmente dia 15/12/2020 na Câmara e no Senado, sem debate algum)

- Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal para Estados, DF e Municípios
- Adesão vinculada ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)
 - Teto de gastos sociais e gastos com a estrutura do Estado
 - Privatizações, Reforma Previdência, “leilões de pagamentos”
 - Incentivo ao endividamento com garantia da União
 - Dívidas com garantia da União poderão ser objeto de Securitização

OBJETIVO DO RRF:

- ✓ ***“para corrigir os desvios que afetaram o desequilíbrio das contas públicas”***

O que provocou o desequilíbrio das contas públicas ?

GÊNESE DA PEC 32/2020

*"... estudo do **Banco Mundial** (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que **o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social**, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, **corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.***

BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos

PEC 32 desmonta a estrutura do Estado e abre a possibilidade para Privatização geral dos serviços

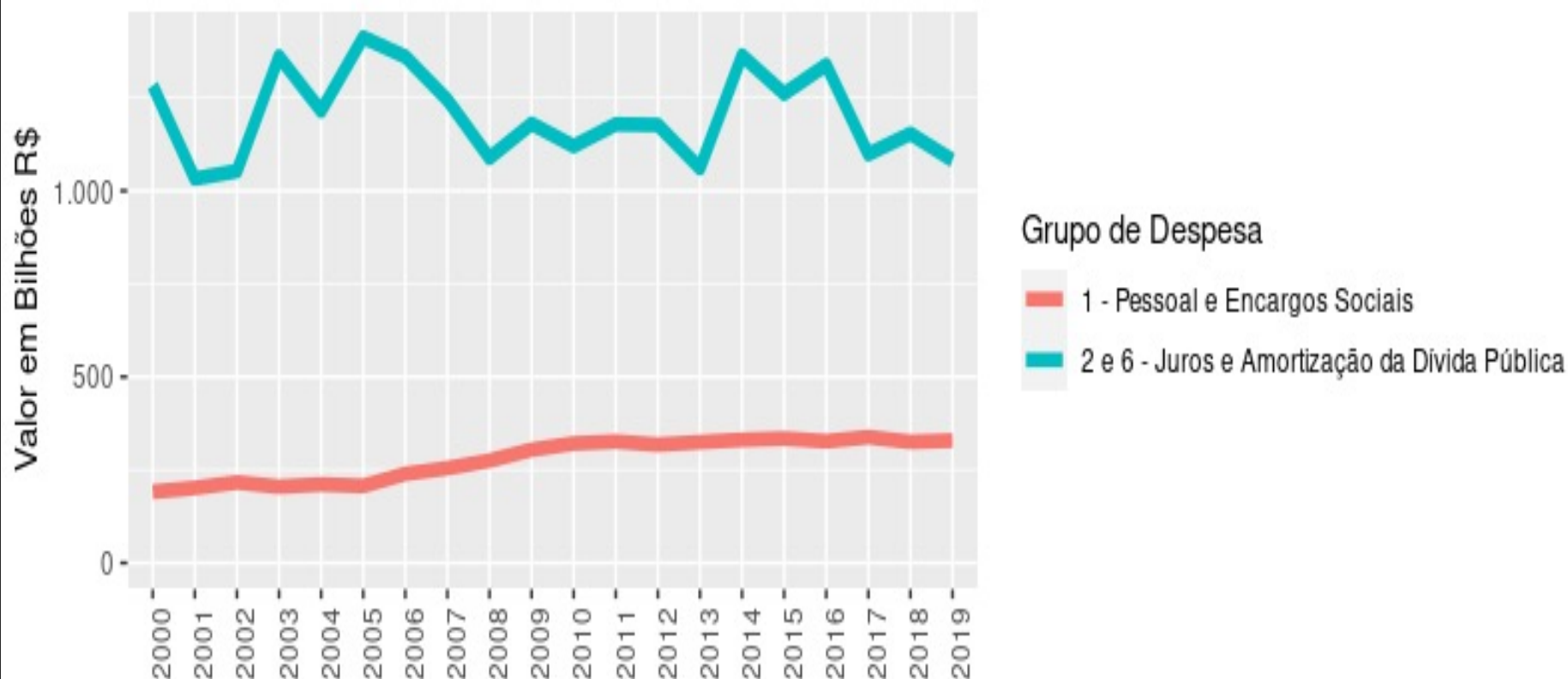
- Dados distorcidos apresentados pelo governo e Banco Mundial para “culpar” o serviço público e servidores:
 - PLOA 2021: escondem o gasto com a dívida
 - Mentira de “gasto excessivo” em 2 décadas em que produzimos superávit primário de R\$ 1 trilhão e mesmo assim a dívida interna saltou de R\$ 86 bilhões (1995) para R\$ 4 trilhões (2015)
 - Cita crise, queda do PIB em 2015-2016 e tendência dos investimentos a zero e omite que a crise foi fabricada pela política monetária suicida do Banco Central
 - Mente ao citar “*prêmios salariais excepcionalmente altos*”
 - Mente ao dizer que há excesso de servidores
- Compartilhamento dos serviços públicos com o setor privado. Art. 37-A
- Chefias poderão ser ocupadas por pessoas de fora da carreira
- Danos aos servidores públicos: perda da estabilidade, RJU, carreiras
- DANOS À SOCIEDADE: risco de fim dos serviços públicos gratuitos e universais, insegurança e exclusão social

Comparativo entre os Gastos com a Dívida Pública e com PESSOAL e ENCARGOS (federal)

Despesas Pagas por Grupo de Despesa - 2000 a 2019

Esfera: União.

Valores corrigidos pelo IPCA Anual. Ano de referência: 2020.



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em:

<https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>. Acesso em 17 set 2020.

PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras

(processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A) e risco de fim do serviço público universal e gratuito

“Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o **caput**.

§ 2º Até que seja editada a lei federal a que se refere o § 1º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena sobre a matéria.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal.

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o **caput** não abrange as atividades privativas de cargos típicos de Estado.” (NR)





OPINIÃO

Mentiras e Riscos da PEC 32

Proposta de reforma administrativa é, na verdade, uma estratégia para destruir a estrutura do Estado e os serviços públicos e abrir caminho para a privatização e a terceirização

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 16 de junho de 2021



Pacote de maldades: ato de entrega do plano de reformas por Bolsonaro, Guedes e demais ministros, ao Congresso, em novembro de 2019

Últimas Notícias

Witzel: "o responsável pelos mais de 450 mil mortos tem nome, endereço e tem que ser responsabilizado"

Viva la muerte!

Vacinação: Sinpro/RS pede prioridade a professores de idiomas e cursos livres

Movimento de resistência ao ensino domiciliar lança o #VetaGovernadorPL170

Ainda precisamos de sindicatos?

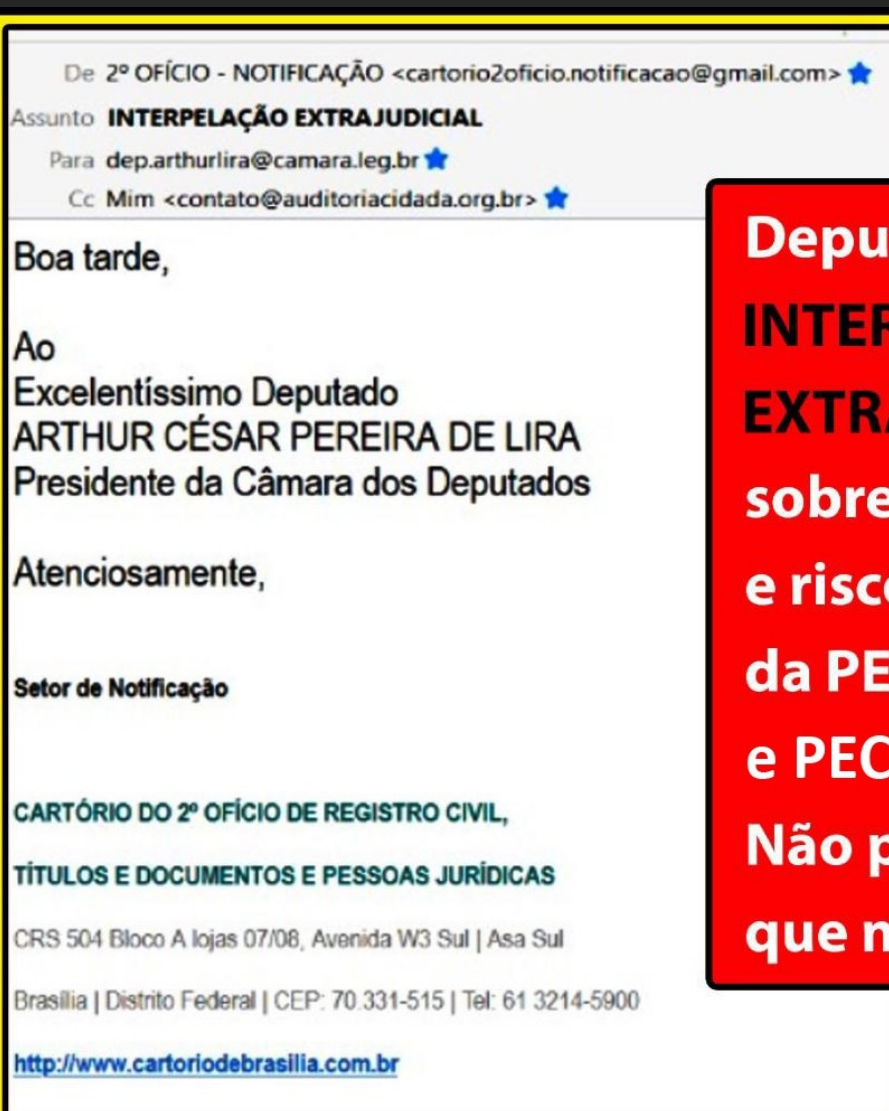
INCONSTITUCIONALIDADES - PEC 32/2020

Ver audiência CCJ <https://bit.ly/3fyxYs2>

- Ausência de MOTIVAÇÃO
- Desvio de finalidade
- Descumprimento do princípio da Legalidade
- Violação a cláusulas pétreas *O constituinte originário se referiu às funções públicas como atribuições do Estado que são desempenhadas pelos seus agentes públicos. A PEC 32 suprime o termo “função pública” e usa “vínculos”: flagrante redução das atribuições a serem exercidas diretamente pelo Estado.*
- Desaparelhamento do Estado
- Ofensa ao princípio da moralidade pública: retorno do apadrinhamento
- Rompimento da garantia fundamental de direitos e interesses coletivos, encerrando a proteção coletiva trazida pelo Estado Democrático de Direito
- Ofensa ao princípio da separação dos poderes
- Desregulamentação do serviço público
- Extinção do Regime Jurídico Único, precarizando a garantia de não-ingêrência de interesses privados na Administração pública”.

ACD enviou INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL via Cartório

<https://bit.ly/3leLUtK>



**Deputados(as)
INTERPELADOS
EXTRAJUDICIALMENTE
sobre danos
e riscos
da PEC 186/2019
e PEC 32/2020.
Não poderão dizer
que não sabiam!**

PEC 186: Auditoria Cidadã fez a sua parte

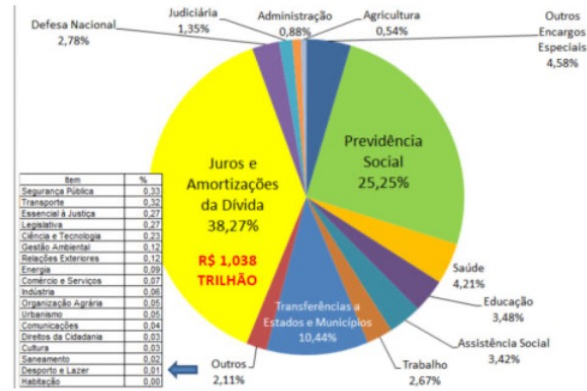
- Live com o Ministro Ayres Britto <https://bit.ly/36DnbZF>
- A PEC 186 e a matrix das finanças públicas, por Gisella Colares Gomes <https://bit.ly/38NqVJu>
- Auxílio Emergencial versus auxílio permanente à burguesia, por José Menezes Gomes <https://bit.ly/2OZM7Fd>
- PEC 186/2019 e a supressão da dignidade da população brasileira. Quem são os privilegiados?, por Selma Alves Dios e Maria de Fátima de L. Pinel <https://bit.ly/30QNXeb>
- PEC Emergencial para quem? Por Lujan Miranda <https://bit.ly/3tvyeHa>
- Desordem Democrática, Econômica e Social, por Rafael Muller <https://bit.ly/38PmTk4>
- Se PEC 186 for aprovada o Brasil ficará totalmente submisso aos interesses do mercado, por Maria Lucia Fattorelli <https://bit.ly/3tx0j7Q>
- Interpelação Extrajudicial a Deputados Federais sobre a PEC 186/2019 e a PEC 32/2020 <https://bit.ly/3rQXtdf>

- TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Para que tem servido a dívida pública?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado

<https://bit.ly/39ITU24>

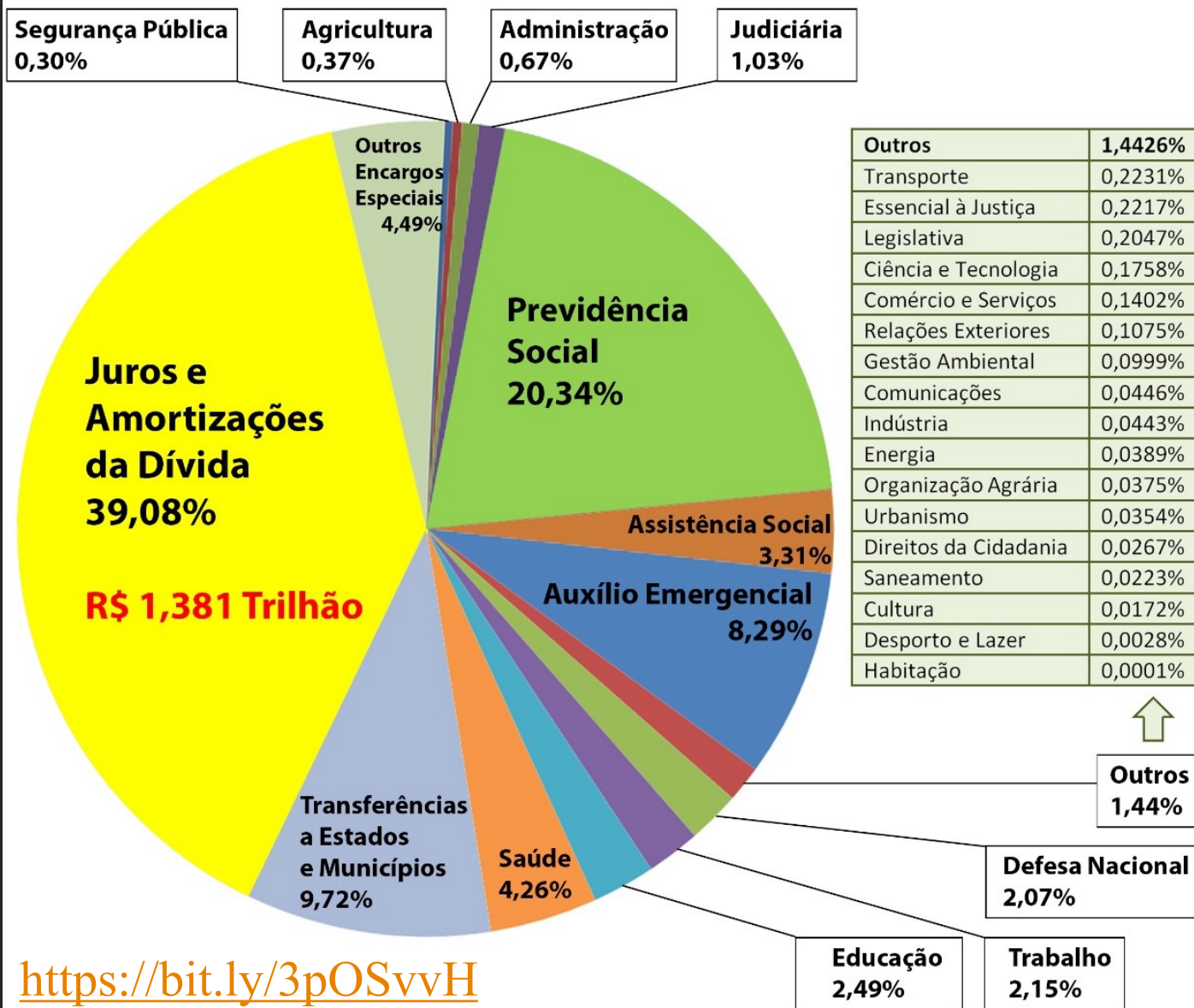
Artigo

<https://bit.ly/3dwIxxvP>

LIVE

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



<https://bit.ly/3pOSvvH>

Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

O rombo das contas públicas está no Sistema da Dívida e na política monetária suicida do Banco Central



"O DÉFICIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL E NÃO NOS GASTOS SOCIAIS",

27 DE JANEIRO, 2021

<https://bit.ly/3tTi0yX>

Manobra tem usado recursos que poderiam ser destinados a gastos sociais para pagar dívida, em volume muito maior que a emissão de títulos para cobrir gastos sociais

<https://bit.ly/2S72v8v>

A mentira do "déficit financiado por endividamento"

A dívida no Brasil não tem financiado as áreas sociais, mas, sim, tirado recursos do país.

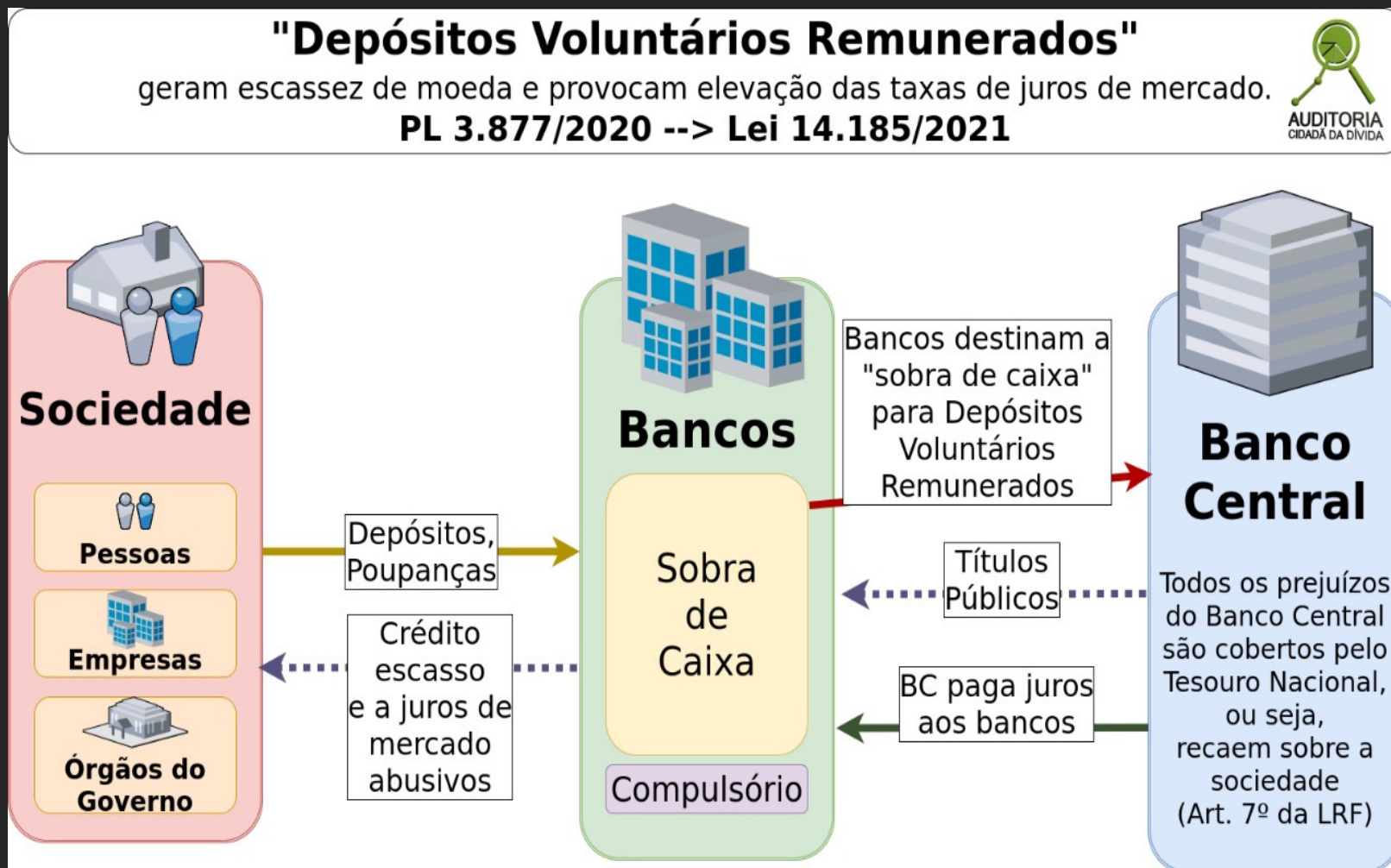


Nota: Valores correntes pagos de 2014 até 05 out. 2020.

Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em [https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqk04&anonymous=true&sheet=SH06)

[document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqk04&anonymous=true&sheet=SH06). Acesso em 05 out. 2020.

BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS EXPLODIU EM PLENA PANDEMIA

<https://bit.ly/3B9Wyty>

CORREIO BRAZILIENSE

BANCO CENTRAL

Operações no overnight saltam para R\$ 1,6 trilhão em agosto

Volume de compromissadas, de curtíssimo prazo, chega a 22,2% do PIB.

A tão falada escassez de moeda é fabricada, porque superamos R\$ 1,7 trilhão de “Operações Compromissadas” em alguns dias de setembro/2020, disponíveis para empréstimos à sociedade, mas os bancos se negaram e só emprestaram depois de aprovado o PRONAMPE

AUDITORIA DA DÍVIDA

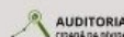
- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://bit.ly/3djrhKz>

CONCLUSÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
- MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE
- AÇÕES CONCRETAS
 - REJEITAR A PEC 32
 - INVESTIGAR O BANCO CENTRAL
 - AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - Participar das mobilizações www.auditoriacidada.org.br
 - É Hora de virar o Jogo

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>



Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRAROJOGO